



Os livros didáticos de história do Brasil na escola secundária brasileira no século XIX, sob a égide das idéias européias

Textbooks on the history of Brazil in the Brazilian secondary school of the nineteenth century, under the aegis of european ideas

Ariclé Vechia
Universidade Tuiuti do Paraná

Resumo

O ensino de História do Brasil na escola secundária brasileira teve início após a fundação do Collegio de Pedro II em 1837. Os livros didáticos de História do Brasil, então adotados, eram, em sua grande maioria, de autores brasileiros, no entanto, o conhecimento veiculado em suas obras tinha como matriz a produção historiográfica européia sobre a História do Brasil, notadamente a de autores ingleses, franceses e alemães. Muito embora até 1822 já existisse uma vasta literatura sobre o Brasil, a produção de obras nacionais, que sistematizassem a documentação inédita e a produção já existente, ou seja, a produção de uma História "Geral" do Brasil, foi lenta e tardia. Em que pese a visão teórico-metodológica que cada autor de livro didático possa ter dado à sua obra, o conhecimento sobre História do Brasil sob a ótica de europeus foi o difundido para muitas gerações de brasileiros.

Palavras-chave: Livro didático. História do Brasil. Ensino secundário.

Abstract

The teaching of the History of Brazil in the Brazilian secondary school was officially initiated with the founding of the College Pedro II in 1837. The authors of the textbooks on national history adopted in the College were, for the most part Brazilians, even though much of the content found in the texts owed its origin to European publications on the History of Brazil by English, French and German authors. While a vast amount of historiographic literature on Brazil was divulged prior to 1822, the publication of national works that systematized and presented information contained in unedited documents, that is, the publication of a "General" History of Brazil, was slow and late. In spite of the theoretical-methodological approach each author printed in his work, the marks of European historiography are indelible in the textbooks on History of Brazil for the youth's teaching until the end of the XIX century.

Keywords: Textbook. History of Brazil. Secondary education.



Introdução

O ensino de História na escola secundária brasileira teve início efetivamente em 1838, com a implantação do primeiro plano de estudos do Collegio de Pedro II. O Imperial Collégio de Pedro II foi criado pelo Decreto de 2 de dezembro de 1837, com a finalidade de formar a elite intelectual, econômica e religiosa brasileira. Essa iniciativa do Governo Imperial, de um lado, visava estabelecer o ensino secundário público no Município da Corte aos moldes da educação da Europa Central uma vez que tinha em vista formar pessoas que dignificassem o Brasil entre as nações mais ilustres da Europa. De outro lado, visava criar uma instituição que fosse o centro difusor das idéias educacionais para todo o Império e, para além disso, que funcionasse como um mecanismo de controle e de centralização do ensino secundário. O Ato Adicional de 1834 foi uma medida descentralizadora. Ao atribuir às Províncias o direito de ofertar e o dever de financiar o ensino público primário e secundário, retirou do Governo Imperial o controle sobre esses dois níveis de ensino.

Os Estatutos do Imperial Collegio de Pedro II, aprovados pelo Regulamento n.º 8 de 31 de janeiro de 1838, foram organizados com base nos estatutos dos liceus franceses. Segundo seu autor, o Ministro da Justiça e Interino do Império, Bernardo Pereira de Vasconcellos, em um pronunciamento na Câmara dos Deputados, o Regulamento era uma adaptação dos que regiam os liceus da França, sendo que muitas das disposições ali contidas eram cópias literais daqueles. (VASCONCELLOS, 1838). Diante disso, o plano de estudos estabelecido pelos Estatutos seguia o modelo adotado nos liceus franceses. Caracterizava-se por ser enciclopédico, uma vez que contemplava as áreas de Humanidades, Ciências, Matemáticas, além das disciplinas de Desenho e Música Vocal. O ensino de História já se fazia presente, nesse primeiro plano de estudos, figurando da 3ª à 8ª série sob o título genérico – História. Esse plano foi alterado pelo Regulamento n.º 62 de 1º de fevereiro de 1841. Da mesma maneira, a disciplina História figurava da 3ª à 7ª série, sem especificações, com exceção de Cronologia, que constava como matéria específica.

As informações a respeito dos conteúdos ensinados segundo esses planos de estudos iniciais são escassas; no entanto, pode-se inferir que, pelo plano de 1838, os estudos iniciavam por História Antiga, seguida pela História Romana, pois uma das primeiras medidas tomadas por Bernardo de

Vasconcellos foi indicar professores e livros didáticos para essas matérias. De acordo com Doria (1937, p. 42), “Mereciam-lhe cuidados a adoção de compêndios aprovados para o ensino de História Universal a tradução do compêndio de Povison e Cayx para História Antiga e o compêndio de De Rozoir e Dumont para História Romana”.

A indicação dos primeiros livros-didáticos ou compêndios, como eram chamados, já denota o tom que seria dado aos estudos de História até o fim do período Imperial. Segundo Vechia (2003), os estudos de História, principalmente os de História Geral, seguiram na íntegra o ensino de História adotado nos Liceus franceses, quer na seleção dos estudos, quer na elaboração dos Programas de Ensino, quer na seleção dos livros didáticos.

O primeiro plano de estudos para o Colégio, aprovado pelo Regulamento n.º 8 de 31 janeiro de 1838, não fazia referência ao ensino de História do Brasil. No entanto, o Brasil, uma nação recém-independente, precisava construir a sua identidade nacional. A inclusão do estudo da disciplina História do Brasil no plano de estudos do ensino secundário, por suas finalidades, era necessária e urgente. Justiniano José da Rocha, indicado para a cadeira de História, em Relatório enviado ao Ministro do Império revelava tal preocupação “[...] um dos cardeais objetivos da educação da mocidade deve ser infundir o culto da pátria, o conhecimento de suas glórias, o amor às suas tradições, o respeito aos seus monumentos artísticos e históricos.” (SEGISMUNDO, 1993, p. 12). Apesar de a disciplina não constar explicitamente do plano de estudos, o seu ensino já se fazia presente desde 1840, sob a vigência do plano de estudos de 1838. (VECHIA, 2004).

O Plano de Estudos, estabelecido em 1841, também não indicava a História do Brasil como uma disciplina autônoma; contudo, outras fontes permitem concluir que, na prática, ela era parte integrante do plano de estudos do Colégio. O primeiro Programa de Ensino impresso para o Collegio de Pedro II data somente de 1856, porém os Programas de Exames de 1850 e de 1851 para o Imperial Collegio de Pedro II¹ fornecem subsídios sobre as matérias ensinadas durante a vigência do plano de estudos de 1841. De acordo com o apresentado nos programas de exames de 1850 e 1851, ao final do 3.º ano, o aluno deveria prestar exame de História Antiga; do 4.º de História Romana; do 5.º de História da Idade Média; do 6.º de História Moderna e do 7.º de História do Brasil e Cronologia. O professor Justiniano José da Rocha, indicado para a cadeira de História, que, portanto, incluía a História do Brasil, já em



1840, reclamava da “[...] inexistência de um bom compêndio de História do Brasil, por onde se pudesse orientar, o que o obrigava a entregar-se ao árduo e penoso trabalho de folhear diversos autores, extraindo deles, com nímia dificuldade, o que lhe parecia mais verídico, a fim de preparar suas lições.” (PFROMM NETO, 1974, p. 122).

Apesar do discurso sobre a necessidade de construir a idéia de nação, a produção de obras que sistematizassem o conhecimento histórico produzido sobre o Brasil e daquelas destinadas para o ensino de História do Brasil no secundário se fez de forma muito lenta e tardia no país.

Os primeiros registros sobre a Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos de Brasil

Do século XVI até o início do século XIX, foi produzida uma vasta literatura sobre o Brasil. Vários foram os trabalhos de cronistas e historiadores e memorialistas portugueses e brasileiros, já nos séculos XVI e XVII. Entre eles, podem ser citados os do português Pedro de Magalhães Gândavo que, em 1576, publicou em Lisboa a *História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos de Brasil*. Abordava aspectos geográficos, da flora e da fauna brasileira e alguns costumes indígenas e das povoações coloniais; o do Jesuíta Fernão Cardin que chegou ao Brasil em 1584, para acompanhar o Visitador Cristóvão Gouveia. Em seu livro, *Tratado da Terra e Gente do Brasil*, resultado de uma viagem e missão jesuítica pela Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro, fez uma narrativa sobre a terra, o clima o povo e seus costumes; o de Gabriel Soares de Souza, que chegou ao Brasil em 1569, foi Senhor de Engenho na Bahia e escreveu, em 1587, o *Tratado Descritivo do Brasil*, um trabalho considerado uma rica fonte de informações sobre a terra e os habitantes do Brasil de seu tempo, uma vez que tratou com invulgar precisão os hábitos e os modos de vida dos colonos, a alimentação, os rituais e as guerras dos índios Tupinambás.

A primeira obra de vulto, que abordava a vida no Brasil, sob múltiplos aspectos, escrita por um brasileiro foi a *História do Brasil* do franciscano frei Vicente Salvador. Nascido na Bahia em 1564, estudou no Colégio de São Salvador e, depois, em Coimbra, doutorando-se em Teologia e Cânones. Em Coimbra, pesquisou uma vasta documentação que abrangia desde os

descobrimientos até a expulsão dos Holandeses. No Brasil, compilou tradições orais, folclore, anedotas e ditos populares registrando depoimentos do branco, do negro e do índio. Tratou da questão do índio e do colonizador apontando inúmeros problemas administrativos.

Viajantes, pesquisadores, exploradores e naturalistas europeus também deixaram registros sobre a colônia portuguesa. André de Thevet publicou, em 1588, em Paris *Les Singularitez de la France Antartique, autrement nommée Amérique*, que tinha como foco a colônia de Villegaignon no Rio de Janeiro; o prussiano Hans Staden publicou, em 1556, *Duas viagens ao Brasil*, que trata de suas viagens realizadas entre 1547 e 1550; Marcgravius et Piso escreveram *Historia naturalis Brasiliae auspicius et beneficius illustrissimi D. Mauritii, Comitis Nassau*, em Lugdini Batv, em 1648.

Essas obras, além de tantas outras, muito embora registrassem ampla informação sobre o Brasil – descrições geográficas e da exuberância da natureza, aspectos sobre o modo de vida dos colonos e dos índios – podem ser consideradas antes ricas fontes para a pesquisa do que propriamente trabalhos de cunho historiográfico. Em sua maioria, são trabalhos que, apesar do título genérico, abrangem períodos limitados e retratam determinadas regiões do país ou abordam temas específicos, sendo que a maioria deles foi escrita por historiadores amadores, cronistas e viajantes que carecem de rigor metodológico. A obra de maior destaque, a de frei Vicente Salvador, segundo Segismundo (1993), foi classificada por Capistrano de Abreu como uma obra literária, uma coleção de documentos antes reduzidos do que redigidos, mais histórias do Brasil do que História do Brasil.

Em termos de produção historiográfica, o século XVIII não apresentou muitas inovações. Entre as obras que se destacam, incluem-se a *Cultura e Opulência do Brasil*, publicada em Lisboa, em 1711, de João Antonio Andreoni, conhecido como José João Antonil; a *Historia da América Portuguesa*, de Sebastião da Rocha Pita, publicado em 1730; a *História da capitania de São Vicente*, de Pedro Taques de Almeida Paes Leme e as *Memórias para a Historia da Capitania de São Vicente*, publicada em 1797, pelo frei Gaspar da Madre de Deus. (IGLESIAS, 2000).

No século XIX, os registros sobre o Brasil proliferaram sobretudo entre viajantes e naturalistas alemães. Entre tantas obras, merecem destaque a de Johann Baptist von Spix e Karl Friedrich von Martius, de três volumes, *Reise*



in Brasilien, publicada em Munique entre 1823 e 1831, a de G.H. von Landsdorf, *Bemerkungen Belehrung fur Auswandernde Deutsche*, publicada em Heidelberg em 1821, e as de August de Saint Hilaire, *Voyage dans l'intérieur du Brésil*, publicadas em vários tomos em 1830, 1833, 1848 e 1851. Apesar de existir uma farta produção sobre o Brasil, os estudos eram fragmentados, não havendo uma obra que apresentasse uma visão de conjunto da História do Brasil.

A sistematização do conhecimento e a produção de uma História Geral do Brasil

Enquanto no Brasil não houve entusiasmo pela escrita da História do país, logo após a Independência, o interesse pelo estudo da história da colônia portuguesa e, posteriormente, do Império do Brasil, movimentou os meios intelectuais de vários países europeus. Na Europa, os estudos de história, no século XIX, passavam por um período de renovação; a pesquisa sistemática, baseada em fontes documentais, ganhava impulso; a aceitação da contribuição das chamadas "disciplinas auxiliares da história" ampliava os horizontes dos historiadores. Com o estabelecimento da família real portuguesa no Brasil, em 1808, e a posterior independência política, em 1822, historiadores europeus passaram a demonstrar um crescente interesse pelo país. Começaram a surgir, então, trabalhos que pretendiam sistematizar a documentação ainda não explorada e os conhecimentos já produzidos nos séculos anteriores, visando elaborar uma História Geral do Brasil.

Já no início do século, trabalhos importantes foram escritos por pesquisadores europeus sobre a História do Brasil. Os primeiros trabalhos de cunho historiográfico foram publicados na Inglaterra. As relações comerciais entre Portugal e a Inglaterra despertavam interesse pelas colônias lusitanas. Em 1809, Andrew Grant publicou em Londres a *History of Brazil*, na qual apresentava uma descrição geográfica do país, uma narrativa dos acontecimentos mais importantes desde o descobrimento, uma descrição das maneiras, dos costumes e da religião dos nativos e dos colonos com comentários sobre o clima, a produção e o comércio exterior e interno. Apesar de ser considerada uma obra sem grandes repercussões, uma tradução para o francês foi publi-

cada em São Petersburgo, em 1811, e a tradução em alemão em Weimar, em 1814.

No mesmo período, Robert Southey, já célebre como poeta do movimento romântico, de posse de quase toda a bibliografia sobre o Brasil dos séculos anteriores e de uma rica coleção de documentos inéditos que Herbert Hill, seu tio, coligira durante sua permanência em Portugal, por mais de trinta anos, escreveu uma obra em três volumes – a *History of Brazil*, que pode ser considerada a primeira história geral do Brasil para sua época. O primeiro volume foi publicado em 1810, em Londres, e reeditado em 1822; o segundo, em 1817, e o terceiro, em 1819. (HANDELMANN, 1931).

Em sua obra, fez severas críticas à colonização portuguesa – a presença inglesa parecia-lhe mais favorável ao país –; descreveu a trajetória da sociedade brasileira em seus múltiplos aspectos desde o descobrimento até a vinda da Família Real ao Brasil. Declarou sua simpatia pelo nativo e repugnava a prática “espoliativa portuguesa”. (IGLÉSIAS, 2000, p. 49). Sua obra só foi traduzida para o português em 1862, pelo Dr. Luiz Joaquim de Oliveira de Castro, e anotada pelo Cônego Joaquim Fernandes Pinheiro, tendo sido publicada no Rio de Janeiro em 1864, pela livraria Garnier, em seis volumes, impressos e encadernados em Paris.

A sua publicação foi amplamente divulgada e elogiada pela imprensa do Rio de Janeiro.

Segundo o *Correio Mercantil*, Southey

[...] observou com critério e escreveu quasi sempre com imparcialidade; apreciou justamente os factos, falhou com independência. A edição inglesa da Historia do Brasil, hoje quasi esgotada, encontra-se difficilmente, e só pôde adquirir-se por um preço fabuloso. [...] O sr. conego Fernandes Pinheiro incumbiu-se de rectificar em algumas notas uma ou outra apreciação menos exacta do escriptor inglez, corrigindo, em face de documentos posteriormente descobertos, pequenas faltas que se encontrão no livro de Southey. (GARNIER, 1864, p. 12).

Conforme nota dos editores, a obra de Southey sobre Brasil é

[...] um monumento histórico de que se deve ufanar a terra de Santa Cruz. O autor é um dos escriptores mais distinctos da soberba Inglaterra, e gozou dos fôros de poeta laureado. A sua história,



escrita, imparcialmente e à vista de inúmeros documentos inéditos que seu tio obtivera em Portugal, além das melhores obras dos autores portugueses e brasileiros, vem preencher uma falta sensível, e que descuido fôra deixar de existir por mais tempo. (GARNIER, 1864, p. 12).

Passadas duas décadas, João Armitage, inglês que, desde 1828, vivia no Rio de Janeiro, no meio jornalístico, intelectual e político, construiu a sua própria visão sobre o país, baseada nessa convivência. Perspicaz, percebeu as profundas transformações pelas quais passava o Brasil, a superação do estatuto colonial para o estabelecimento da nação livre, juridicamente organizada. (IGLESIAS, 2000). Escreveu uma obra que foi publicada em Londres, em 1836, em dois volumes, sob o título *The History of Brazil, from the period of the arrival of the Braganza family in 1808, to the abdication of Dom Pedro the first in 1831. Compiled from State documents and other original sources, Forming a continuation to Southey's History of that Country*. No ano seguinte, Antonio Craveiro, mais tarde lente de retórica no futuro Collegio de Pedro II, publicou uma tradução do trabalho de Armitage e o intitulou *A História do Brasil desde o período da chegada da família da Bragança em 1808, até a abdicação de D. Pedro I em 1831*. (BLAKE, 1970).

À mesma época, historiadores franceses também começaram a sistematizar o conhecimento já existente e a documentação que servia de fonte para escrever uma História Geral do Brasil. Poucos anos após a divulgação do 1.º volume do trabalho do Southey, foi publicado em Paris, em 1815, pela Librairie d'éducation et jurisprudence d'Alexis Eymery, a obra de Alphonse de Beauchamp, Chevalier de l'Ordre Royal de la Légion d'Honneur. O trabalho, organizado em três volumes, foi intitulado *Histoire du Brésil, depuis sa découverte en 1500 jusqu'en 1810*. No Prefácio de seu livro Beauchamp listou cerca de 60 obras consultadas para a realização de seu trabalho e reivindicou a originalidade e o ineditismo de sua obra. Apesar de relacionar a obra de Southey como uma das consultadas, afirmou que até aquele momento não havia sido publicada em nenhuma língua europeia uma história geral e completa do Brasil. No prefácio de seu livro, dedicou um espaço para tecer comentários desairados sobre a obra de Southey, qualificando-a como uma compilação que não oferecia nenhum conhecimento novo. (BEAUCHAMP, 1815). A obra foi traduzida para o português e publicada em Lisboa em 1817. Em 1818 e 1819, a Imprensa Nacional do Rio de Janeiro publicou parte da tradução

da obra de Beauchamp, feita por Inácio Felizardo Fortes, composta de cinco volumes, acrescentando-lhe um sexto que continha documentos adicionais. (CABRAL, 1954). Segundo Handelman (1931), muito embora Beauchamp reivindicasse a glória de ter escrito uma obra original e até mesmo acusasse Southey de compilador, a obra de Beauchamp baseava-se quase que exclusivamente no 1.º volume da obra de Southey.

Cabe observar que, em 1824, a Imprensa Nacional publicou, em português, outra obra de Beauchamp – *L'Indépendance de l'empire du Brésil* –, traduzida por José da Silva Lisboa, o Visconde de Cayrú, que recebeu o título: *Independência do Império do Brasil, apresentada aos monarcas europeus por Mr. Beauchamp*.

Em 1823, outro escritor da linha historiográfica francesa, Jean Ferdinand Dènis, escreveu o *Résumé de l'histoire du Brésil suive du résumé de l'histoire de la Guyane*, publicado em Paris, no qual relatou suas experiências de viagem à América do Sul, entre 1816 e 1821. Handelman (1931) considerou-a de pouco vulto e importância.

Menção deve ser feita ao *Diccionario geographico, histórico e descriptivo do Império do Brasil* elaborado por J. C. R Millet de Saint Adolphe, traduzido para o português por Caetano Lopes de Moura, publicado em Paris por J. P Aillaud, que trazia contribuições significativas sobre uma gama variada de assuntos. (HANDELMANN, 1931).

Uma terceira vertente historiográfica que influenciou os estudos sobre a História do Brasil foi a alemã. A escola histórica de Ranke que enfatizava a importância do uso das fontes – a prova documental – repercutiu entre os historiadores de toda a Europa. Em decorrência desse movimento, em Portugal, a Academia Real das Ciências publicou o *Portugaliae Monumenta Histórica* e, no Brasil, foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com o objetivo de incrementar a pesquisa sobre a História do Brasil, preservar as fontes históricas e pregar a necessidade do uso de fontes para comprovar as idéias dos autores. Logo após a fundação, os sócios do Instituto empenharam-se no estabelecimento das linhas mestras da elaboração da História do Brasil. Em 1840, foi instituído um prêmio para quem apresentasse uma proposta sobre melhor maneira de escrever a História do Brasil.

A obra aprovada pela comissão composta pelo Dr. Francisco Freire Allemão, Monsenhor Joaquim da Silveira e Dr. Thomaz Gomes dos Santos,



em 20 de maio de 1847, foi a de Karl Friedrich Phillip von Martius, intitulada *Como se deve escrever a História do Brasil*, que traçava as linhas temáticas e metodológicas para a escrita de uma História Geral do Brasil, que foi elaborada em Munique em 1843. Em linhas gerais, Martius propunha uma história filosófica e etnográfica. Nutria um conceito amplo de fonte histórica; além dos documentos oficiais, afirmava que os historiadores deveriam considerar os mitos, o cotidiano, as diferentes línguas, as poesias, as músicas dos diversos grupos raciais, os documentos dos jesuítas, os registros das escolas e conhecer, *in loco*, o modo de vida do índio, do negro, dos portugueses, do rico e do pobre, para compreender a trama das relações sociais. Em suma, já lançava luz sobre a história do cotidiano e a noção de que o “povo” era o motor da História. (VECHIA, 2004).

○ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro considerou que a obra serviu de ponto de partida para a construção da nossa história nacional, de caráter científico e abriu caminho para os que construíram nossa historiografia, a começar pelo visconde de Porto Seguro, Francisco Adolfo de Varnhagen. (MARTIUS, 1991).

Um historiador alemão que se dedicou a sistematizar os conhecimentos relativos à História do Brasil foi Gottfried Heinrich Handelmann que publicou, em Berlim, pela Editora Springer, em 1860, a obra *Geschichte von Brasilien*, com aproximadamente 1.000 páginas. Autor de cerca de 30 obras sobre diversos temas da história alemã, Handelmann havia planejado escrever uma História da colonização e da independência da América em três volumes. Conforme justificou, “[...] a abundância de fontes e o interesse despertado pelo tema fizeram com que escrevesse uma obra independente sobre a História do Brasil.” (HANDELMANN, 1931, p. iii).

Segundo José Honório Rodrigues (1970, p. 142), a “[...] obra de Handelmann foi a concepção mais arrojada, mais original, mais criadora que a História do Brasil já conheceu, pela novidade do plano, pelo tratamento dinâmico e não estático do processo histórico”. Foi o primeiro historiador estrangeiro a tratar com profundidade e conhecimento de causa, a questão da imigração para o Brasil. Além disso, acrescentou à sua obra um levantamento exaustivo da literatura histórica e geográfica sobre o Brasil, tendo arrolado cerca de 200 obras e oferecendo comentários e resenha sobre cada uma delas. Apesar do vulto de sua obra, a sua repercussão não foi das maiores, pois não foi traduzida para outras línguas. Contudo, muitos historiadores brasileiros que

dominavam a língua alemã, entre eles Capistrano de Abreu, fizeram uso dela, inspirando-se para seus trabalhos. A tradução para o português foi realizada sob os auspícios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que a publicou somente em 1931.

Nesse contexto, merece destaque a obra escrita no Brasil, *A Chorografia Brasílica ou Relação histórico-geográfica do reino do Brasil*, publicada no Rio de Janeiro em 1817, pelo padre Manuel Ayres de Casal. Do tomo de dois volumes, saiu uma segunda edição, em 1833, e uma terceira em 1845, pela Editora Laemmert. Sem dúvida, [...] esta obra foi um dos trabalhos mais notáveis da historiografia do Brasil no século XIX; uma obra original, que perdura como fundamento da geografia e da história das Províncias.” (CABRAL, 1881, p. 137).

Em 1854, foi publicada no Rio de Janeiro, pela Typografia Laemmert, a *Historia Geral do Brasil*, de Francisco Adolpho de Varnhagen, mais tarde Visconde de Porto Seguro, nascido no interior de São Paulo, de mãe portuguesa e de um engenheiro militar alemão, contratado pelo governo brasileiro. Estudou em Lisboa de 1825 a 1832; engajado no exército Português, lutou ao lado dos Braganças e dos Bourbons. Retornando ao Brasil, ingressou na carreira diplomática, recebeu a missão de ser adido cultural em Lisboa e posteriormente em Madrid. Como tal, recebeu a incumbência de pesquisar e catalogar a documentação referente à História do Brasil, que estava dispersa. Varnhagen foi um pesquisador sistemático que incorporou a nova historiografia praticada principalmente em alguns estados alemães, valorizadora dos documentos, a serem buscados em arquivos, revistas, livros ou coleções – fonte indispensável para a comprovação de qualquer trabalho.

A História Geral do Brasil revelou-se uma grande obra de síntese produzida por um pesquisador sistemático que vasculhou os arquivos brasileiros e europeus. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – órgão financiado pelo Império para institucionalizar todo o conhecimento disponível de forma a legitimar o governo monarquista instituído e destacar a filiação do país com a real família portuguesa –, defendia um Estado nacional forte em detrimento das identidades regionais. Apesar da magnitude de sua obra, Varnhagen também foi muito influenciado e utilizou-se de conhecimentos já produzidos por autores europeus, tais como Southey e Martius. A influência de Martius



[...] é sensível na obra de Varnhagen, embora pouco citada – só em duas passagens Martius é referido, mas não como autor de um plano para a História, embora seja visível ter o brasileiro bebido em idéias do alemão. Capistrano de Abreu, conhecedor profundo do campo pode escrever com presteza: ‘com o plano de Martius, Varnhagen atirou-se francamente ao estudo.’ (IGLESIAS, 2000, p. 44, 65, 76).

Capistrano de Abreu comentou, ainda, que a *História Geral do Brasil* continha a revelação de fatos maior do que o leitor desavisado podia esperar. Por outro lado, a distribuição da matéria não obedecia a critérios rigorosos, seguia mais a cronologia do que a temática. “[...] Quando repete o mesmo tema – os progressos do Brasil, por exemplo, nos séculos XI, XVII e XVIII – inspirado, creio eu, em Southey, que assim o fizera, a dinâmica do processo histórico assim se caracteriza. O grande tema é a colonização portuguesa no Brasil.” (RODRIGUES, 1970, p. 128). Elogiado por autores nacionais e internacionais e criticado por outros tantos, Varnhagen incorporou em sua obra muitas idéias da vertente historiográfica alemã e inglesa, foi, porém, o autor “[...] da maior síntese histórica do oitocentos.” (REIS, 1999, p. 31).

Uma outra obra que pode ser qualificada como uma grande obra de síntese, fruto de pesquisa sistemática em Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivos Cartoriais e Arquivos particulares, contemporânea da obra de Varnhagen, foi a *Corographia Histórica, Chronographica, Genealógica, Nobiliária e Política do Império do Brasil* de autoria do Dr. Alexandre José de Mello de Moraes, natural de Alagoas, publicada no Rio de Janeiro em 1858 pela Typographia Americana de José Soares de Pinho.

Na abertura de sua obra dedicada – Ao Leitor – explicita quais os Arquivos e os Documentos consultados, faz referência especial ao Arquivo particular a ele franqueado pelo Diplomata e Conselheiro do Império – Antônio de Menezes Vasconcellos de Drumond, que, como diplomata em vários países europeus, coligiu os documentos históricos relativos ao Brasil que encontrou. Comenta cada parte de seu trabalho e observa que, da literatura estrangeira disponível, preferiu basear-se preferencialmente na portuguesa. Dedicou sua obra ao Conselheiro Menezes de Drumond e, ao fazer isso, procurou destacar seu olhar não comprometido. Diz Mello de Moraes:

Não pertenço a lado algum, no jogo das transações, a que impropriamente entre nós, chamão política, e nem jamais tenho



querido encargos, e nem solicitado títulos e condecorações, para desembaraço, como simples cidadão, poder ajuizar dos homens e apreciar os factos, sem considerações humanas [...] porque a historia de uma nação, deve ser a exposição fie [...] e não um romance histórico, com o fim de lisongear as potestades da terra. [...] A História escrita por um empregado do governo, ou individuo estipendiado de partidos, pôde, ocultando as verdades não notar as feições decompostas do poder, ou facção a que representa [...]. (MORAES, 1858, p. iii-vi).

Mello Moraes (1858, p. vi) ainda acrescentou que “[...] colocando-se na posição de historiador, o livro foi impresso por sua próprias custas, não dependendo do favor de subscritores”. Essas suas observações quase sem sombra de dúvidas eram endereçadas a Varnhagen pelo seu engajamento com a Corte. O que é certo que sua obra, apesar de ser reconhecida no exterior, é pouco citada no Brasil.

Da mesma maneira, a obra de J. M. Pereira da Silva, Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Histórico e Geográfico de Paris e da Academia Real de Sciencias de Lisboa, *Historia da Fundação do Império Brasileiro*, publicada pela Livraria Garnier em 1864, apesar de ser uma obra com rigor metodológico teve pouco reconhecimento nos círculos intelectuais brasileiro.

Todas essas obras apontadas, além de outras tantas, que, de uma forma ou outra, sistematizaram as fontes documentais e as demais obras já escritas sobre o Brasil, não eram de cunho didático, isto é, não foram escritas com a finalidade específica de ensino, em escolas, colégios ou academias, mas forneceram os conhecimentos sistematizados que embasaram a escrita dos livros para o ensino secundário brasileiro. (VECHIA, 2004).

As identidades dos autores das obras consultadas pelo professor do Collegio de Pedro II Justiniano José da Rocha lá em 1840, são desconhecidas, mas é provável que foram consultados os trabalhos de Southey, Beauchamp, Armitage e Bellegard que eram os principais trabalhos que haviam sistematizado o conhecimento sobre a História do Brasil à época.



A produção do conhecimento pedagógico para o ensino secundário

Embora a sistematização e a produção do conhecimento de História do Brasil se devam principalmente a autores ingleses, franceses e alemães, uma análise dos Programas de Ensino do Imperial Collegio de Pedro II demonstra que, durante o século XIX, os livros didáticos de História do Brasil para o ensino secundário foram produzidos, em sua grande maioria, por autores nacionais (VECHIA; LORENZ, 1998). Segundo Escragnolle Dória (1937), o primeiro livro para o ensino de História do Brasil adotado para o ensino no Collegio de Pedro II, em 1841, foi o do luso-brasileiro, Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde – *Resumo de História do Brasil*, 2ª. edição de 1834.

Bellegarde era natural de Lisboa, onde nasceu em 1802; veio ao Brasil ainda pequeno, pois seu pai era um militar que havia acompanhado a viagem da família real ao Brasil. Kursou a Academia Militar do Rio de Janeiro e por ordem do governo retornou à Europa em 1825, obtendo diploma de Engenheiro geógrafo e de Bacharel em Letras pela Universidade de Paris. Em 1831, portanto, sete anos antes da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da fundação do Imperial Collegio de Pedro II, escreveu um trabalho intitulado – *Tradução do Résumé de l'Histoire du Brésil suite du résumé d'histoire de la Guyane* de Jean Ferdinand Dènis, publicado em 1825, em Paris. Conforme nota do próprio autor, a segunda edição foi totalmente reformulada, com o intuito de eliminar as idéias copiadas de Mr. Dènis, conforme afirma: “[...] abandonamos de todo o primeiro original e compozemos a integra d’esta segunda edição, que damos ao público.” (BELLEGARDE, 1834, p. iv).

Essa segunda edição da obra de Bellegarde, intitulada *Resumo de Historia do Brasil*, foi publicada em 1834, no Rio de Janeiro, tendo sido impressa na Typographia de R. Orgier. Conforme estampado na folha de rosto, a obra fora “adotada pelo governo para uso das escolas” e Aprovada pela Circular a’s Câmaras Municipais, de 26 de abril de 1834.² Em 1841, segundo Dória (1937), o Ministro Antônio Carlos autorizou a sua adoção no Collegio de Pedro II. Esse livro deveria ter norteado o ensino no Collegio desde 1841 até 1856, quando houve mudanças no plano de estudos e foi adotado um novo livro didático. No entanto, uma comparação entre os conteúdos do livro de Bellegarde e os conteúdos alistados para Exames em 1850 (VECHIA;

LORENZ, 1998) sugere que outro(s) livro(s) estava(m) norteando os estudos no Collegio.

Relata-se um episódio em que Gonçalves Dias, que assumira a cadeira em 1849, viu-se obrigado a pedir a mediação do Imperador para obter a obra de Robert Southey, que havia sido retirada da Biblioteca Pública da Corte por João Batista Calógeras, que obstinadamente demorou em devolvê-la. (SEGISMUNDO, 1993). Esse acontecimento demonstra a carência de obras sobre História do Brasil e sublinha a relevância da obra de Southey para a pesquisa e o ensino da matéria no colégio.

A primeira referência oficial sobre os livros didáticos, adotados no Collegio de Pedro II, está registrada no *Programa de Ensino para o ano de 1856* (VECHIA; LORENZ, 1998), que foi organizado em decorrência do Regulamento para o Imperial Collegio de Pedro Segundo, aprovado pelo Decreto n.º 1.556, de 17 de fevereiro de 1855. Para o ensino de História do Brasil, foi indicada a obra de Abreu Lima. José Ignácio de Abreu Lima, nascido em Pernambuco, era general e um político ativo. Tendo participado da Revolução de 1817, foi preso e, posteriormente, tendo deixado o Brasil, foi lutar pela causa da Independência da Colômbia e da Venezuela. Depois da abdicação de D. Pedro I, foi à Europa, aliando-se a ele. De volta ao Brasil, teve seus direitos políticos restabelecidos por decisão da Assembléia Geral em 1832.

Em 1843, publicou o *Compêndio de História do Brasil*, em dois volumes, que abrangia desde seu descobrimento até o majestoso ato de coroação e sagração do sr. D. Pedro II, e incluía uma coleção de documentos oficiais que consultara e retratos dos Imperadores do Brasil – D. Pedro I e D. Pedro II. (ABREU LIMA, 1843; BLAKE, 1970). O autor e a Typografia Laemmert decidiram adaptar e editar um livro para uso nos colégios. Dessa forma, ainda no ano de 1843, foi publicada uma versão da obra, em um único volume, de 352 páginas. Segundo os editores, uma versão resumida reduziria os preços e se tornaria acessível aos alunos. Para tanto, foram suprimidas as notas e os documentos anexos, sem, com isso, prejudicar a essência da obra. (ABREU LIMA, 1843, nota de advertência). O historiador Francisco Adolpho de Varnhagem teceu severas críticas à obra, taxando-a de uma reprodução, na maior parte, do que sobre a nossa história escreveu.



Na realidade, Abreu Lima nunca omitiu o fato de ter feito uma compilação. No Prefácio de sua obra, declarou que se propôs a compor um compêndio da História do Brasil – para uso da mocidade Brasileira –, isto é, compilou e selecionou textos de vários autores “[...] pondo todo o meu esmero em reunir de todos elles o maior numero de factos, que me foi possível, organizando-os depois em serie por meio de uma muito exacta deducção chronologica.” (ABREU LIMA, 1843, p. viii). E acrescentou que, na redação do compêndio, muito pouco tinha de sua própria lavra; que se serviu dos trabalhos de outros autores que tiveram acesso a arquivos e outras fontes originais e continuou indicando as obras das quais fez a compilação:

Eis-ahi, pois as obras de que me servi: a muito famigerada ‘Corografia Brasília’ do padre Ayres de Casal; ‘História do Brasil’ de Robert Southey, recopilação por Beauchamp; ‘Resumo da História do Brasil’ por Bellegarde, recopilação do – ‘Brésil’ – por Fernando Denis; ‘História do Brasil’, &c., por Armitage. No primeiro capítulo, ou primeira época, segui a introdução do padre Ayres com as variantes e correções dos dois escriptos publicados ultimamente pelo Sr. Francisco Adolpho de Varnhagen, debaixo dos títulos ‘Diário da navegação de Pero Lopes de Souza’, &c.; – Reflexões críticas sobre o escripto do século 16, impresso com o título de ‘Notícia do Brasil’, &c.; porém na parte descriptiva preferi antes a de Southey e a Introdução corográfica á História do Brasil por Bellegarde –. Do segundo capítulo por diante, até o quinto inclusive, segui a recopilação de Southey por Beauchamp, e a de Fernando Denis por Bellegarde, com as correções de outros escriptores, sobre a guerra dos Holandezes, &c. Nos 6.º e 7.º capítulos extractei em grande parte, e segui a história de Armitage, como a única que podia me valer; assim mesmo tive que fazer-lhe muitas outras alterações essenciaes por outros escriptos que me pareceram mais exactos [...] e, no que toca à Revolução de 1817, extractei a historia ultimamente publicada pelo Dr. Muniz Tavares, com pequenas alterações na parte de que eu estava pessoalmente informado. – O 8.º e último capítulo é todo de redação própria, porque nada havia escripto d’esta epocha.³ (ABREU LIMA, 1843, p. vi-x).

Há registro de outras edições da obra, uma de 1852 e uma edição póstuma, com o título de *Compêndio de História do Brasil pelo general J. I. de Abreu Lima*, que ampliava o período abrangido nas edições anteriores, incluindo os acontecimentos até 1882, data de sua publicação.

A obra de Abreu Lima foi bem aceita pela Congregação do Collegio, pois, sendo adotada em 1856, foi novamente indicada nos Programas de Ensino decorrentes da Reformas de 1858, 1860 e 1862, que ficou em vigor até a implementação do Plano de Estudos de 1870.

Segundo o Programa de Ensino do Imperial Collegio de Pedro II, para o ano de 1870, o ensino de História e de Geografia do Brasil passaram por grandes mudanças. Foi previsto para o ensino das duas matérias, quatro horas e meia por semana, no 7.º ano. Para o ensino de História do Brasil, foram listadas trinta lições que abrangiam desde as primeiras viagens de descobrimentos dos portugueses até a coroação do I Imperador do Brasil e a guerra da Independência. O livro indicado foi o *Lições de História do Brasil, para uso dos alunos do Imperial Collegio de Pedro II, pelo Dr. J. M. de Macedo*. Joaquim Manoel de Macedo foi nomeado professor do Collegio de Pedro II e era membro do Conselho Diretor da Instrução Pública da Corte. Seu livro, publicado em 1861, especialmente desenvolvido para uso dos alunos, continha 11 quadros sinópticos que abrangiam os fatos históricos desde 1581. O texto de Macedo foi também indicado nos Planos de Estudos de 1876 e 1878, que esteve em vigência até 1881. A opção pela obra de Manoel de Macedo devia-se não apenas ao conteúdo ali contido, mas também aos quadros sinópticos que lhe davam um caráter didático, uma vez que apresentavam, de forma sintética e de fácil visualização, os eventos, as datas e os personagens mais importantes do período, representados em cada quadro.

Quanto aos conteúdos do texto em si, eles deviam sua origem a diversos autores, especialmente a Varnhagen – o Visconde de Porto Seguro. De acordo com o próprio Macedo, no prefácio de sua edição de 1863 – uma complementação da obra de 1861, mais extensa, detalhada e mais filosófica –, ele afirmou que repetiu o que foi lido nos “[...] livros dos mestres [...]” e seguiu “[...] quase sempre e algumas vezes passo a passo o Sr. Varnhagen [...] na sua excelente *História Geral do Brasil*.” (MACEDO, 1863, p. iv). Varnhagen apesar de ser um autor brasileiro, conforme anteriormente citado, teve a estruturação de sua obra influenciada pela metodologia proposta por von Martius e pela historiografia alemã. O que garantiu a popularidade de Macedo foi sua criatividade na elaboração dos quadros sinópticos. A edição de 1863 foi ampliada para incluir os fatos até a independência do Brasil, que foram organizados em 22 quadros sinópticos.



Segundo o Programa de Ensino para o Collegio de Pedro II, organizado em conformidade com o Decreto nº 8.227, de 24 de agosto de 1881, os estudos de História do Brasil sofreram uma atualização. Até então, os conteúdos abordados seguiam a obra de Macedo e abrangiam “das viagens e descobrimentos portugueses” até a aclamação e coroação do primeiro Imperador do Brasil; a guerra da Independência até a maioridade. A partir de 1882, os estudos foram ampliados, abrangendo desde a Independência até a “Guerra contra a Banda Oriental da República Oriental do Uruguay, 1864-1865. Intervenção indebitado do dictador Francisco Solano Lopes. Guerra contra o Paraguay, 1864-1970.” (VECHIA; LORENZ, 1998, p. 107-108).

Esse novo programa de ensino foi organizado seguindo o livro do Dr. Luis de Queirós Mattoso Maia – o *Lições de História do Brasil, proferidas no Internato do Imperial Collegio de Pedro II*, que foi publicado em 1880 e reeditado em 1886, 1895 e 1898. Mattoso Maia assumiu a cadeira de História e Corografia do Brasil de 1880-1898. Embora o texto de Maia fosse bem aceito, uma vez que foi indicado nos Programas de Ensino de 1881, 1892, 1893, 1895 e 1898 (VECHIA; LORENZ, 1998), resistindo ao período de transição do Império para a República, Maia foi duramente criticado por Capistrano de Abreu por não ser um pesquisador original: “Se não apresenta investigações novas, se não põe os fatos de modo original, é certo que leva vantagem a muitos compêndios do Imperial Colégio [...] porem o autor exhibe dois graves defeitos: não mostra estudos das fontes e não conhece trabalhos críticos.” (ABREU apud SEGISMUNDO, 1993, p. 25). Segundo Segismundo (1993, p. 25), Capistrano censurou Mattoso Maia por apoiar-se em Varnhagen e Macedo. Sugeriu que deveria orientar-se por Candido Mendes, cujas “Notas sobre a História Pátria são ‘o que de mais importante’ se tem publicado ultimamente sobre ‘os nossos anais [...]’” e, finalizou “‘Macedo não é fonte’, copia o Visconde de Porto Seguro”.

Uma análise da obra de Mattoso Maia – *Lições de História do Brasil, proferidas no Internato do Imperial Collegio de Pedro II* de 1895, demonstrou que, apesar de fundamentar-se principalmente em Varnhagen e Macedo, o autor tinha um amplo conhecimento da literatura sobre a História do Brasil. Consultou as obras de Candido Mendes de Almeida; citou novos trabalhos como o *Histoire du Brésil* de Paulo Gaffarel e *História da fundação do Império Brasileiro*, de João Manuel Pereira da Silva. Incluiu pensamentos de Capistrano de Abreu, inclusive de sua tese de concurso para o Collegio de

Pedro II – *Descobrimto do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*. Citou Rodrigues Peixoto e Ladislau Netto, pelas observações sobre os povos indígenas; citou, também, inúmeros trabalhos publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O trabalho resultante foi um livro didático abrangente, elaborado com rigor. Sendo destinado ao ensino secundário, apresentou as informações de forma precisa e concisa.

Na década de 1890, o professor sergipano João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes, ou João Ribeiro, jornalista renomado, lecionou línguas e história no Collegio de Pedro II. No período republicano, a cadeira de História do Brasil, criada em 1849, foi extinta, passando à denominação de História Universal, especialmente do Brasil. Percebendo a falta de textos didáticos pensou em preencher essa lacuna. Dispunha de uma documentação levantada por Varnhagen, a obra de Abreu Lima e as de Norberto de Souza Silva, João Francisco Lisboa, Ferdinand Dênis, Paul Gaffarel, Joaquim Nabuco, além da de Handelman. Em relação ao método, tinha atração pelo proposto por Martius em 1843, que destacava a categoria “povo” como o motor da História.

Ainda antes do final do século, viajou em caráter oficial para a Alemanha, onde ficou por dois anos, para estudar sobre o processo do ensino superior de História e a Historiografia em voga. Ao retornar ao Brasil, publicou, em 1900, *A Historia do Brasil*, obra que marcou época. Conforme observou o seu filho, também historiador Joaquim Ribeiro, João Ribeiro não declarou explicitamente em sua obra o fator “povo” como o dínamo da História, mas a influência de Martius é evidente em sua obra. (SEGISMUNDO, 1993).

O próprio autor, na apresentação de seu livro, afirma que pretendia escrever uma obra semelhante à dos primeiros historiadores e cronista, aliando os fatos políticos ao estudo da terra e da sua gente. Segunda argumentou, desde que o Brasil adquiriu os foros de nacionalidade, isto se perdeu; a história começou a ser escrita “[...] com a pompa e o grande estylo da Historia Européia [...]”, perdeu-se um pouco de vista o “Brasil interno por só se considerarem os movimentos da administração e os da represália e da ambição estrangeira, uns e outros agentes da sua vida externa”. E continua,

[...] ao contrário, nas feições e physionomia próprias, o Brasil, o que elle é, deriva do colono, do jesuíta e do mameluco, da acção dos índios e dos escravos negros[...] esta historia a que não faltam episódios sublimes ou terríveis, é ainda hoje a mesma presente na vida interior, na suas raças e nos seus systemas de trabalho, [...] dei-



lhe uma consideração que não é costume haver por ella, neste meu livro. (RIBEIRO, 1908, p. 16-17).

E argumenta que “[...] em geral, os nossos livros didacticos da historia da pátria dão excessiva importância à acção dos dos governadores e à administração, puros agentes (e sempre deficientíssimos) da nossa defesa externa.” (RIBEIRO, 1908, p. 18).

Resta discutir o que João Ribeiro e Joaquim Ribeiro entendiam por “povo”, um conceito complexo, que adquiriu diferentes significados no transcorrer do tempo. No entanto, seja qual for a compreensão, João Ribeiro deslocou o eixo de análise daquele utilizado pela historiografia tradicional. O *Historia do Brasil* teve 18 edições, servindo de base para os estudos de História do Brasil na escola secundária brasileira durante a primeira metade do século XX.

Considerações finais

A construção do pensamento e da escrita da História do Brasil por autores nacionais, que sistematizasse o conhecimento já existente apresentando uma visão geral do processo histórico do Brasil independente e que tivesse uma identidade nacional, foi lenta e tardia. Frei Vicente Salvador já havia tentado essa visão de conjunto da História do Brasil, no século XVII, e, no século XIX, o padre Manuel Ayres de Casal escreveu uma das mais notáveis obras da historiografia brasileira, quer por sua originalidade, quer por sua amplitude. Porém, os primeiros anos do Brasil independente foram marcados por convulsões políticas e instabilidades sociais. Foi somente, ao final do período Regencial, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que a intelectualidade brasileira, sobretudo os filiados ao IHGB, com subsídios do Estado, começou a se empenhar na construção de uma historiografia condizente com o projeto monárquico.

O Imperial Collegio de Pedro II fundado, em 1837, tinha por finalidade formar uma elite intelectual que pudesse fazer frente às nações europeias mais desenvolvidas. Tinha, também, como um dos objetivos fundamentais infundir o culto à pátria, “[...] o conhecimento de suas glórias, o amor às suas tradições, o respeito aos seus monumentos artísticos e históricos [...]” na juventude brasileira. (ROCHA apud SEGISMUNDO, 1993, p. 12). Porém, faltavam obras, com finalidades de ensino, que auxiliassem essa mocidade a

compreender o processo histórico brasileiro diante da conjuntura europeia do século XVI ao XIX.

O primeiro livro indicado para uso no Collegio de Pedro II, em 1841, foi a 2.^a edição do *Resumo de História do Brasil* de Henrique Bellegarde. A 1.^a edição da obra tinha sido uma "tradução" ou uma "adaptação" da obra do historiador francês Ferdinand Dènis. Apesar da Nota de Advertência do autor, publicada na 2.^a edição do livro, afirmando que abandonara a primeira versão e escrevera uma versão totalmente original, há de se supor que, para conseguir um trabalho inédito, Bellegarde teria que ter realizado uma pesquisa para fundamentar sua obra e, naturalmente, a segunda edição seria totalmente distinta da primeira, mas não parece ter sido esse o caso. Muito embora o autor possa ter dado nova redação ao trabalho, tenha feito adaptações e colocado posições pessoais, sua obra era conhecida pelos autores de sua época como um trabalho de recompilação de Dènis. Abreu Lima (1843), no prefácio de sua obra, por várias vezes, faz referência a esse fato.

O livro de Abreu Lima adotado a partir de 1856, conforme explicitado pelo próprio autor, trazia, dos oito capítulos que compunham sua obra, seis compilações das obras de Southey e de Dènis, porém usando fonte secundária – as obras de Beauchamp e de Bellegarde, que eram "recompilações" daquelas.

Os livros adotados de 1870 a 1900 de Joaquim Manoel de Macedo e de Luis de Queiroz Mattoso Maia eram fundamentados principalmente na obra de Varnhagen. Este por sua vez, de acordo com Capistrano de Abreu, estruturou sua obra segundo o plano proposto por Martius e em sua escrita incorporou as concepções da historiografia germânica. Na virada do século XIX para o XX, João Ribeiro, professor do Collegio desde 1890, publicou em 1900 a sua *Historia do Brasil*, também fundamentada em Martius e na historiografia alemã, conforme apontou no Prefácio de sua obra

Do sentido que se deve tratar a historia interna, von Martius deu apenas indicações vagas e inexactas, mas caracterizou a multiplicidade de origens e de pontos de iniciação no vasto território sem embargo [...] fui o primeiro a escrever integralmente a nossa história segundo nova synthese. Ninguém antes de mim delineou os focos de irradiação da cultura e do civilizamento [...], em um paiz cuja história se fazia ao mesmo tempo por múltiplos estímulos em diferentes pontos. (RIBEIRO, 1908, p. 12-13).



Joaquim Ribeiro, além de apontar a influência de Martius e da escola histórica de Ranke na obra de João Ribeiro, destacou, no Prefácio da 14.^a e da 18.^a edição do livro *Historia do Brasil*, a contribuição da historiografia anglo-saxônica e germânica para o desenvolvimento de uma historiografia nacional. (RIBEIRO apud SEGISMUNDO, 1993).

Os livros didáticos de História do Brasil, adotados no Imperial Collegio de Pedro II, na segunda metade do século XIX, portanto, tiveram como matriz o pensamento historiográfico europeu. Os autores dos livros utilizados até 1870, em que pesem as adaptações e a produção pessoal, tinham como fonte principal o conhecimento sistematizado e produzido por autores ingleses, franceses e alemães que, mesmo antes da Independência do Brasil, publicaram várias obras de História do Brasil aos seus moldes e conveniência. O conhecimento produzido por Southey, por exemplo, foi incorporado pela maioria dos autores de forma direta ou indireta.

Apesar da grandiosidade e do ineditismo das obras de Cazal e de Mello de Moraes, elas foram muito pouco exploradas pelos autores de livros didáticos. Uma vasta produção de estudos menos abrangentes, porém inéditos, de autores brasileiros foi também, muitas vezes, ignorada.

A partir da década de 1870, a influência da historiografia européia se dará com maior vigor no plano teórico-metodológico, notadamente via Martius e a escola alemã de Leopold von Ranke. A obra de Varnhagen, considerada uma produção inédita, tem, na concepção do plano de sua obra, a marca teórico-metodológica de Martius e, na escrita, incorporou o pensamento da historiografia germânica e anglo-saxônica. Os livros didáticos de Joaquim Manoel de Macedo e de Mattoso Maia, embasados na obra de Varnhagen, refletiram esses aspectos. João Ribeiro declarou sua adesão às concepções de Martius e da historiografia germânica.

Muito embora os livros didáticos tenham sido elaborados para uso dos alunos do Colégio de Pedro II, os demais colégios e liceus provinciais e particulares eram incentivados a adotar os programas e livros didáticos do "colégio padrão" para obter a equivalência de seus estudos junto aos Cursos de Preparatórios e à Academia de Ensino Superior. O conhecimento sobre a História do Brasil, produzido e/ou construído sob a ótica de autores europeus, foi difundido para muitas gerações de estudantes brasileiros.

Notas

- 1 Vechia e Lorenz na introdução do livro "Programa de Ensino da Escola Secundária Brasileira: 1850-1951", publicado em 1998, apontam que o Programa de Exames de 1850 é "considerado também o primeiro documento curricular impresso para o Colégio de Pedro II." Gasparello (2004.p. 65-66) afirma ter encontrado um exemplar de um documento sob o título "Perguntas para os Exames de 1849", que, depois de sua leitura, concluiu tratar-se de um Programa de Exames.
- 2 Deve-se observar que outras edições aumentadas, como a de 1845 e a de 1855, foram publicadas em homenagem póstuma.
- 3 O fato de o Compêndio ter sido publicado em 1843 sugere que o livro poderia ter sido utilizado no Collegio mesmo antes de sua indicação no Programa de Ensino de 1856.

Referências

ABREU LIMA, José Ignácio. **Compendio de história do Brazil**. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert Editores, 1843.

ARMITAGE, John. **A história do Brazil desde o período da chegada da família de Bragança em 1808 até a abdicação de D. Pedro I em 1831**; compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais, formando uma continuação da Historia do Brazil de Southey. São Paulo: Typografia Brazil de Rothschild & Cia., 1836.

BEAUCHAMP, Alphonse de. **Histoire du Brésil, depuis sa découverte en 1500 jusq'en 1810**. Ornée d'une nouvelle carte de l'Amérique Portugaise et de deux belles gravures. Paris: Eymery, 1815.

BELLEGARDE, Henrique Niemayer. **Resumo de história do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1834.

BLAKE, Sacramento. **Dicionário bibliográfico brasileiro (1883-1902)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1970.

CABRAL, Alfredo do Valle. **Anais da imprensa nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822**. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1881.

_____. **Anais da imprensa nacional, 1823-1831**: e suplemento aos Anais da imprensa nacional, 1808-1823. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1954.

DORIA, Luis Gastão Escragolle. **Memória histórica commemorativa do 1.º centenário do Colégio de Pedro II**. Rio de Janeiro: MEC, 1937.



GARNIER, Baptiste Louis. (Editor). **Catalogo da livreria de B. L. Garnier**. Paris: Typ. de Simon e Comp., 1864.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. **Construtores de identidades**: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira. São Paulo: Iglu, 2004.

HANDELMANN, Gottfried Heinrich. **História do Brasil**. Tradução Lucia Furquim Lahmeyer. Rio de Janeiro: IHGB, 1931.

IGLESIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil**. Belo Horizonte: Nova Fronteira, 2000.

MACEDO, Joaquim Manoel de. **Lições de história do Brasil para uso dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro Segundo**. Rio de Janeiro: Casa de Domingos José Gomes Brandão, 1863.

MARTIUS, Karl. Friedrich Von. **Como se deve escrever a História do Brasil**. Rio de Janeiro: IHGB, 1991.

MATTOSO MAIA, Luis de Queiroz. **Lições de história do Brasil proferidas no Internato do Gymnasio Nacional**. Rio de Janeiro: Livreria Alves & C., 1895.

MORAES, Alexandre Jose de Mello. **Corografia histórica, chronographica, genealógica, nobiliária e política do império do Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia Americana de Jose Soares de Pinho, 1858.

PFROMN NETTO, Samuel. **O livro na educação**. Rio de Janeiro: Primior/INL, 1974.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

RIBEIRO, João. **História do Brasil**. 13. ed. Rio de Janeiro: Livreria Francisco Alves, 1908.

RODRIGUES, José Honório. **História e historiografia**. Petrópolis: Vozes, 1970.

SEGISMUNDO, Fernando. **Excelências do Collégio de Pedro II**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1993.

SILVA, José Manoel Pereira da. **Historia da fundação do império brasileiro**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1864.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. **História geral do Brazil**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1854.

VASCONCELLOS, Bernardo Pereira de. Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados na sessão de 19 de maio de 1838. **Anais da Câmara dos Deputados**. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1838. (Tomo 1, p. 159).

VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl. Michael. **Programa de ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951**. Curitiba: Editora dos Autores, 1998.

VECHIA, Ariclê. Imperial Collegio de Pedro II: portal dos estudos históricos franceses no Brasil. In: VECHIA, Ariclê.; CAVAZOTTI, Maria.Auxiliadora. (Org.). **A escola secundária: modelos e planos (Brasil, séculos XIX e XX)**. São Paulo: Annablume, 2003.

_____. Os livros didáticos de História do Brasil na escola secundária: Sistematização e Produção do Conhecimento Pedagógico. In: ALMEIDA, Maria de Lourdes. **Escola e modernidade: saberes, instituições e práticas**. Campinas: Alínea, 2004.

Profa. Dra. Ariclê Vechia
Universidade Tuiuti do Paraná
Programa de Pós-Graduação em Educação
Grupo de Estudos e Pesquisa Educação e História
Cultura Escolar e Práticas Pedagógicas
E-mail | arikele@hotmail.com

Recebido 11 fev. 2008

Aceito 24 mar. 2008